DECRETO MUNICIPAL Nº 6641 – 31/01/2025 – CRÉDITO SUPLEMENTAR
DECRETO MUNICIPAL Nº 6642 – 06/02/2025 – CRÉDITO SUPLEMENTAR
DECRETO MUNICIPAL Nº 6643 – 10/02/2025 – INPAR

DECRETO MUNICIPAL Nº 6644

“DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E APLICAÇÃO DE PENALIDADES A LICITANTES E CONTRATADOS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.”

MARCELO DE MORAIS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal do Município, e tendo em vista o disposto no art. 155 a 168 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este decreto regulamenta o procedimento relativo à apuração de responsabilidade e estabelece parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º O Licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 3º As infrações cometidas nos certames licitatórios e nos contratos administrativos celebrados com o Município ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

§1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II deste artigo.

§2º A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 4º Na aplicação das sanções devem ser consideradas as seguintes circunstâncias:

I – a natureza e a gravidade da infração;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – os antecedentes da licitante ou contratada.

Parágrafo único. Na verificação dos antecedentes poderão ser consideradas as reincidências no âmbito da unidade sancionadora nos 36 (trinta e seis) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade.

Art. 5º A apuração das infrações e a aplicação das penalidades previstas no art. 2º e 3º ocorrerão segundo as competências definidas neste decreto.

Art. 6º As particularidades de cada contrato devem ser detalhadas no Projeto Básico, Termo de Referência, Termo de Contrato e/ou Matriz de Risco, podendo haver especificação das condutas a serem penalizadas, bem como alteração nos prazos e percentuais das penalidades estabelecidas neste decreto, se necessário.

CAPÍTULO II DAS PENALIDADES

Seção I Da Advertência

Art. 7º A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos casos de inexecução parcial injustificada do contrato, quando a imposição de penalidade mais severa não se justificar. A advertência será formalizada por escrito para situações de menor gravidade, conforme avaliação do Município, incluindo:

- a) Quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que a aplicação de penalidade mais rigorosa não se justifique;
- b) Falhas na execução do fornecimento ou prestação dos serviços, não corrigidas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento pela contratada do comunicado formal pela administração (salvo prorrogação de prazo mediante devida justificativas);
- c) Ocorrência de falhas de pequena relevância.

§1º O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

§2º Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

Seção II Da Multa

Art. 8º A penalidade de multa tem por objetivo garantir o cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas entre o Contratante e o Contratado, visando também compensar integralmente os prejuízos contratuais decorrentes de qualquer infração que fundamente a aplicação de outras penalidades.

Parágrafo Único: A critério do Contratante, em casos de inadimplemento substancial das obrigações contratuais, a multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, assegurando a reparação dos danos resultantes da inexecução total ou parcial do contrato. A aplicação das multas observará os seguintes percentuais:

I - Para fornecimento de bens e prestação de serviços:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso.
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nas letras “a” e “b”;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

II - Para execução de obras e serviços de engenharia:

- a) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, pelo atraso injustificado do início dos serviços, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a Administração poderá, motivadamente e a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- b) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total das medições remanescentes, por dia de atraso injustificado no cumprimento das etapas constantes do cronograma físico-financeiro, assim declarado pela Fiscalização, limitada a sua aplicação a 15 dias. Após o décimo quinto a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;
- c) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de paralisação injustificada e não autorizada pela fiscalização da obra, até o limite máximo de 15 dias consecutivos. Após o décimo quinto dia, a Administração poderá, motivadamente e a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão.
- d) de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parte inadimplida, pelo atraso injustificado na entrega final da obra, até o limite de 30 dias corridos. Após o trigésimo dia a

Administração poderá, motivadamente e a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão.

d.1) Por "valor da parte inadimplida", considera-se o valor correspondente ao atraso do cronograma físico-financeiro e que deverá ser informado pela Fiscalização;

e) de 1% (um por cento), sobre o valor total do contrato, em caso de extravio do Livro Diário de Obras, ou nos casos de inexecuções parciais, quando parte do serviço ou obrigação deixar de ser cumprida;

f) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, no caso de atraso na entrega da garantia contratual até o máximo de 15% (quinze por cento), que representa 30 dias.

g) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, caso não queira receber a Nota de Empenho, ou assinar o contrato; ou ainda, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

h) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de não encaminhamento de documento imprescindível ao pagamento;

i) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de desatendimento de demais cláusulas contratuais - que não estejam especificadas nas outras alíneas deste item, no Projeto Básico/Termo de Referência ou de ordens da fiscalização;

j) de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor total do contrato, por suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais

k) de 1.0% (um por cento) sobre o valor total do contrato por manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela fiscalização, por trabalhador

l) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;

m) de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor total do contrato, por permitir a execução de serviços sem a utilização de EPIs/EPCs, por trabalhador

n) de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor total do contrato, por deixar de registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução.

o) de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor total do contrato, por deixar de Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;

p) de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor total do contrato, por deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta lista de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência

q) de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o Município à rescisão do contrato, ou por deixar de cumprir definitivamente com obrigação constante neste contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

§1º Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

§2º Caso não haja recolhimento, a multa:

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

§3º Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

§4º Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro, respeitado o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

§5º Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos 36 (trinta e seis) meses, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

Seção III

Do impedimento de licitar e contratar

Art. 9º A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Prazo – 12 meses.

II – dar causa à inexecução total do contrato;

Prazo – 36 meses.

III – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Prazo – 24 meses.

IV – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Prazo – 24 meses.

V – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Prazo – 36 meses

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Prazo – 12 meses.

§1º Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que decorra de negligência, imprudência ou imperícia, seja total ou parcial.

§2º Considera-se não manutenção da proposta:

a) a ausência do seu envio;

b) a recusa do seu detalhamento, quando exigido;

c) o pedido de desclassificação de sua proposta, quando encerrada a fase competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento e decorrente de caso fortuito ou força maior.

§3º Considera-se a não celebração do contrato quando a empresa desiste de formalizar o contrato ou aditivo.

§4º Considera-se retardar a execução do objeto a ação ou omissão que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento ou atrase a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

Seção IV

Da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Art. 10 A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato

Prazo – 72 meses

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Prazo – 72 meses

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Prazo – 48 meses

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Prazo – 36 meses

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Prazo – 72 meses

§1º Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.

§2º Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.

§3º A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida de análise jurídica.

§4º A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas no art. 9º, pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

§5º O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS

Seção I

Da Instauração

Art. 11 Constatada a irregularidade, no âmbito do contrato ou do processo licitatório, deverá o fiscal indicado do contrato notificar o fornecedor do ocorrido, requerendo providências e justificativas, no intuito de sanar o inadimplemento, previamente à solicitação de instauração do processo de apuração de responsabilidade.

Parágrafo único. Verificada a impossibilidade de saneamento da irregularidade, a instauração poderá ser solicitada independentemente de notificação prévia do fiscal, desde que devidamente justificada.

Art. 12 Ao solicitar a instauração de processo de apuração de responsabilidade, o Fiscal do Contrato deverá relatar as ocorrências detalhadamente, com a indicação de todas as comunicações e cobranças efetuadas à empresa e/ou ao preposto (mensagens eletrônicas, telefonemas e comunicações verbais) e as circunstâncias do ocorrido, a menção às respostas e providências adotadas pela contratada, assim como juntar todos os documentos comprobatórios do provável inadimplemento.

§1º O relatório emitido pelo fiscal do contrato deverá analisar os fatos, caso não sanados as irregularidades contratuais e encaminhará ao Gestor do contrato, o relatório com sugestão de instauração de procedimento. Caso no decorrer das notificações ou da emissão do relatório sejam devidamente sanadas as irregularidades, ou mesmo justificativas plausíveis apresentadas, poderá sugerir o arquivamento com demais medidas que entenda pertinentes.

§2º O relatório de que trata o caput deverá, sempre que possível, ser acompanhado dos seguintes documentos:

I - identificação dos autos do processo administrativo de licitação, de dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando for o caso;

II – cópia:

- a) do contrato ou de outro instrumento que confirme a relação com a licitante/contratada;
- b) da nota de empenho e da confirmação de sua entrega à contratada quando o prazo para cumprimento da obrigação contar do seu recebimento;
- c) das manifestações expedidas pelo segmento responsável pelo acompanhamento, pela condução e pela fiscalização da licitação ou do objeto contratado;
- d) dos termos de recebimento do objeto e dos comprovantes da entrega, assim como do laudo técnico de avaliação do produto, quando for o caso;
- e) de eventuais pedidos de prorrogação de prazo solicitado pela contratada e dos respectivos despachos de deferimento ou de indeferimento dos pedidos formulados;
- f) dos comunicados emitidos pelo fiscal;
- g) do expediente emitido pelo segmento de Execução Orçamentária e Financeira que informa a realização de glosas nos pagamentos efetuados, quando for o caso;
- h) dos ofícios e e-mails de comunicação ou notificação à contratada acerca do descumprimento contratual e das cláusulas contratuais infringidas.

Seção II

Da Instrução e decisão

Art. 13 Ao receber a notificação de irregularidade, o Gestor do contrato verificará a instrução do relatório e documentos anexos. Não atendidas as exigências deste Decreto, determinará ao fiscal o saneamento das irregularidades processuais, antes do prosseguimento.

Art. 14 O Secretário/Autoridade Competente decidirá, a partir do relatório de que trata o art. 12, pela abertura de processo administrativo ou arquivamento da comunicação.

Parágrafo único. No ato da decisão sobre o relatório referido no caput deste artigo, o Secretário ou autoridade competente poderá, mediante justificativa fundamentada no

interesse público, rescindir o contrato ou cancelar o preço registrado de forma liminar, permitindo novas contratações para atender às necessidades da Administração.

Art. 15 O processo será conduzido pela Comissão, que deverá ser composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis.

Art. 16 Determinada a abertura de processo administrativo pelo Secretário/Autoridade Competente, o licitante ou contratado será notificado, por meio de ofício, para que apresente defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

§1º Previamente à notificação, a Comissão poderá providenciar a juntada de documentos adicionais considerados pertinentes para a instrução do processo.

§2º A notificação citada no caput conterà:

- I – identificação da contratada e da autoridade competente que instaurou o processo;
- II – finalidade da notificação, abertura de prazo para defesa prévia e dispositivo legal que fundamenta as decisões;
- III – descrição sumária do fato passível de aplicação de penalidade, assim como a cópia dos documentos que motivaram a notificação, nos termos do § 1º do art. 50 da Lei 9.784/99, bem como cópia do relatório de que trata o art. 12;
- IV – citação das condições infringidas;
- V – informação da continuidade do processo independentemente da manifestação da contratada/licitante;
- VI – informação sobre o acesso aos autos e sobre o local ou meio para protocolo da defesa/manifestação;
- VII – outras informações julgadas necessárias pela Administração.

§3º A notificação não indicará de forma específica possível penalidade a ser aplicada, apenas mencionando de forma genérica todas aquelas previstas no contrato e na legislação aplicável em que está incurso o investigado, cuja definição competirá ao Gestor competente após a análise da defesa prévia e a deliberação quanto ao cabimento, à adequação, à proporcionalidade, à gravidade e à reprovabilidade da infração e aos resultados da conduta ilícita.

§4º As notificações expedidas deverão ser enviadas preferencialmente por e-mail, podendo adotar outros meios caso não tenha sucesso na comunicação.

§5º Não havendo resposta, ou na impossibilidade de contato via e-mail, a notificação deverá ser encaminhada por Correios com aviso de recebimento (AR), Telegrama Eletrônico (Correios) mediante comprovante de recebimento, e, em caso de frustrada essa tentativa, por meio de publicação no Diário Oficial do Município.

§6º Os comprovantes de notificação deverão ser anexados ao expediente administrativo.

§7º A defesa apresentada deverá ser juntada ao expediente administrativo;

§8º A empresa prestadora de garantia contratual deverá ser notificada da abertura do processo administrativo sancionador, bem como da possibilidade de ser acionada em eventual aplicação de penalidade de multa.

Art. 17 Todas as estruturas do órgão, dentro de suas atribuições, poderão ser consultadas sobre questões relativas à elucidação dos fatos, devendo essa manifestação ocorrer dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. No caso de deferimento de novas provas ou de provas juntadas aos autos, bem como apresentação de fatos novos deverá ser dado vista ao licitante ou contratado para manifestação ou alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 18 Ao término da instrução deverá ser emitido relatório e parecer da comissão, devidamente motivado, sugerindo a sanção pertinente ou o arquivamento do feito, no caso de inexistir infringência a norma e/ou justificativa.

§1º Previamente a elaboração do relatório e parecer, deverá ser avaliada a necessidade de se ouvir a área técnica quanto à manifestação da licitante ou contratada.

§2º O relatório e parecer deverá conter, no mínimo:

- I - relatório dos fatos;
- II - irregularidades e/ou ilegalidades cometidas pelo licitante ou contratado, bem como o enquadramento legal da ocorrência e das sanções sugeridas;
- III - análise das situações previstas no art. 2º deste decreto, das diligências, das provas juntadas e da manifestação da licitante ou contratada.
- IV - o valor em percentual (%) e em pecúnia (\$), bem como a memória de cálculo, em caso de penalidade de multa;

§3º Nos casos em que a ação ou omissão do licitante ou contratado se enquadrar em tipos distintos, prevalecerá aquele que cominar a sanção mais grave.

Seção III **Do recurso ou pedido de reconsideração**

Art. 19 Após proferida decisão pelo Secretário, deve-se intimar o licitante ou contratado para que possa interpor recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento.

§1º A intimação deve seguir o rito proposto para a notificação do art. 16, §4 e §5º.

§2º No caso de aplicação de multa, sua cobrança deverá ser feita em conjunto com a intimação, constando nela todos os dados necessários para o devido pagamento.

§3º O recurso contra a aplicação das penalidades dos incisos I, II e III do caput do art. 3º deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§4º Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 3º caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

§5º O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Art. 20 Na hipótese de apresentação de recurso ou pedido de reconsideração, o procedimento deverá ser encaminhado à assessoria jurídica para análise e emissão de parecer, seguido de decisão final pela autoridade competente.

§1º A decisão final deverá conter as condições para reabilitação, nos termos do art. 29 deste decreto, se for o caso.

§2º O licitante ou contratado deve ser intimado da decisão final, na forma do art. 16, §4 e §5º deste decreto;

§3º No caso de penalidade de multa, sua cobrança deverá ser feita novamente em conjunto com a intimação, constando nela os dados necessários para o devido pagamento.

CAPÍTULO IV DAS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

Seção I Das Agravantes

Art. 21 As sanções previstas neste decreto poderão ser majoradas, para cada agravante, observado o limite da penalidade, quando:

- I – restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital e seja notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- II – o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório;
- III – restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica;
- IV – a contratada não agir conforme a boa-fé contratual, furtando-se a receber comunicações ou evitando minorar os danos da conduta lesiva;
- V – a contratada causar grave dano à administração ou interrupção de prestação de serviço público.

Seção II Das Atenuantes

Art. 22 As sanções previstas neste decreto poderão ser reduzidas em até 50% (cinquenta por cento), uma única vez, em conduta praticada decorrente de:

- I – falha escusável do licitante ou da contratada, desde que devidamente comprovada;
- II – apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado;
- III – apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.
- IV – apresentação de implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade nas hipóteses de contratação em que não seja obrigatório.

CAPÍTULO V

DO PARCELAMENTO DO DÉBITO

Art. 23 O débito resultante de multa administrativa e/ou da indenização de que trata este decreto poderá ser parcelado, total ou parcialmente, em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento formal do interessado à Administração.

§1º O requerimento do interessado será acompanhado do comprovante de que o devedor recolheu à Administração a quantia correspondente a uma parcela, calculada pela divisão do valor do débito que pretende parcelar dividido pelo número de prestações pretendido, sob pena de indeferimento sumário do pleito.

§2º A Administração poderá deferir ou indeferir o pedido ou, ainda, decidir pelo parcelamento do débito em número menor de parcelas pretendidas pelo interessado.

§3º Enquanto não houver decisão da Administração, o devedor recolherá mensalmente, a título de antecipação, a quantia calculada nos termos do caput deste artigo.

§4º No caso dos débitos se encontrarem sob discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, o sujeito passivo deverá comprovar que desistiu expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial, e, cumulativamente, renunciou a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem a ação judicial e o recurso administrativo.

§5º O pedido de parcelamento deferido constitui confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito, podendo a exatidão dos valores parcelados ser objeto de verificação.

§6º O parcelamento não se aplica à parcela da multa e/ou da indenização a ser descontada do valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado ou da garantia prestada, se houver.

Art. 24 O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão entre o valor do débito que se pretende parcelar e o número de prestações.

Art. 25 A inadimplência no pagamento ensejará o cancelamento automático do parcelamento concedido, bem como a imediata exigibilidade do débito total não quitado.

Parágrafo único. Considera-se inadimplência a falta de pagamento de 3 (três) prestações, consecutivas ou não.

Art. 26 Cancelado o parcelamento, apurar-se-á o saldo devedor, providenciando-se, conforme o caso, o encaminhamento do débito para o prosseguimento da cobrança ou inscrição em dívida ativa.

Art. 27 É vedado o reparcelamento de débito referente a parcelamento em curso ou que não tenha sido cumprido pelo devedor.

CAPÍTULO VI DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 28 A Administração poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a instrução ou instauração do processo sancionador nos casos em que o valor a ser

potencialmente aplicado como penalidade de multa seja irrisório e a conduta não tiver alto grau de reprovabilidade.

§1º Será considerado irrisório o valor igual ou inferior a 0,1% (um décimo por cento) do constante do art. 75, inciso I, da Lei 14.133/2021.

§2º Para efeito e enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

§3º A Comissão responsável pela apuração do procedimento sancionador deve identificar, certificar e acompanhar os casos de suspensão de que trata este artigo, com atualização anual do valor previsto para multa.

§4º A suspensão da instrução da penalidade de multa será comunicada à contratada, preferencialmente por via eletrônica, pela Comissão, ressalvando-se a possibilidade de seguimento da instrução ou instauração do procedimento posteriormente se constatada reincidência na prática de irregularidade, nos termos dos §§ 5º e 6º.

§5º Em caso de reincidência, a ocorrência suspensa será retomada e a apuração prosseguirá juntamente com o novo fato noticiado como descumprimento contratual.

§6º Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada junto à contratante nos 36 (trinta e seis) meses que antecederam o evento em decorrência do qual será eventualmente aplicada a penalidade, não importando se incidente em outras contratações ou resultante de fato gerador distinto.

§7º Identificados outros danos à Administração, a instrução da penalidade prosseguirá normalmente, mesmo se o valor da multa for considerado irrisório.

§8º Após 36 (trinta e seis) meses sem novo fato, a ocorrência suspensa será arquivada definitivamente, com a consequente sustação da possibilidade de consideração da reincidência;

CAPÍTULO VII DA REABILITAÇÃO

Art. 29 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

§1º A sanção pelas infrações previstas nos incisos I e V do art. 10 desta norma exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§2º Após decisão da autoridade competente, deverão ser tomada todas as providências para retirada da empresa dos cadastros restritivos de licitar e contratar.

CAPÍTULO VIII DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 30 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste decreto ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo único. A decisão de desconsideração da personalidade jurídica deverá ser precedida de análise pela Assessoria Jurídica.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, as sanções aplicadas deverão ser informadas, para fins de publicidade, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Art. 32 A prescrição das penalidades previstas ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);
- III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 33 Os atos previstos como infrações administrativas neste decreto ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Art. 34 Compete aos Secretários Municipais/Autoridade Competente dirimir as dúvidas e decidir casos omissos suscitados na aplicação do disposto neste decreto.

Art. 35 Este decreto entrará em vigor na data da publicação.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 17 de fevereiro de 2025.

**MARCELO DE MORAIS
Prefeito Municipal**